

*António de Oliveira*

# *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*





*A Vida Económica e Social de Coimbra  
de 1537 a 1640*

**Coimbra  
2016**

TÍTULO  
A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640

AUTOR  
António de Oliveira

CAPA E PAGINAÇÃO  
Pedro Bandeira

© 2016 Terra Ocre e António de Oliveira  
Direitos reservados por Terra Ocre – unip. lda.

EDIÇÃO  
Palimage  
Apartado 10032 – 3031-601 Coimbra  
Tel. 239 087 720  
Fax 239 087 720  
palimage@palimage.pt  
www.palimage.pt

DATA DA 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO (em papel):  
1.º VOLUME: 1971 | 2.º VOLUME: 1972

DATA DA EDIÇÃO DIGITAL: Setembro de 2016

ISBN: 978-989-703-156-4



PALIMAGE É UMA MARCA EDITORIAL DA TERRA OCRE – EDIÇÕES

*António de Oliveira*

*A Vida Económica e Social de Coimbra  
de 1537 a 1640*



*«...demografia profissional, história dos mesteres, relevância económica e social, quando consideradas em seus próprios termos, sentido e desenvolvimento, inserem-se com alta significação no complexo da vida nacional, nas mutações do existir quotidiano, na ânsia de progressiva liberação individual e de ascendência familiar».*

M. LOPES DE ALMEIDA

*(Artes e ofícios em documentos da Universidade*

*– 1 – século XVII, Coimbra, 1970).*



## Sumário

<b>Pórtico da edição digital</b> .....	17
<b>Prefácio</b> .....	19
<b>Principais abreviaturas usadas</b> .....	25
<b>Capítulo I – Circunscrições administrativas e jurisdição municipal</b> .	27
1. Criação da comarca e provedoria de Coimbra em 1533. Anexação da comarca de Esgueira e desanexação da sua provedoria.....	27
2. Dentro das circunscrições comarcãs situavam-se os municípios. A área dos concelhos, limite territorial da jurisdição camarária. O território do primitivo concelho de Coimbra e o seu encurtamento. Lugares desmembrados por D. Fernando e D. João I. A área do alfoz coimbrão no primeiro terço do século XVI .....	39
3. A cidade como cabeça do termo. A área do aro da cidade e os limites das paróquias urbanas. Demarcações destas freguesias .....	52
4. Na cidade e no termo exercia Coimbra a sua jurisdição. A influência dos representantes do poder central no governo concelhio e o cerceamento da «autonomia» municipal. Juízes de fora e juízes locais. Os juízes dos concelhos do termo. Lugares onde Coimbra exercia a jurisdição crime e cível. Julgados e juradias. Formas de eleição dos juízes (ou jurados) do termo. Percentagens de iletrados entre estes juízes. Jurisdição genérica dos concelhos rurais. Danos provocados pelo gado .....	58
5. O guardador do concelho. A guarda do aro da cidade e do campo de Coimbra. O problema das coimas está ligado à defesa da agricultura e à renda dos concelhos. Ramos da renda do verde. Formalidades para evitar o descaminho desta renda. Dificuldade em executar as coimas contra os poderosos. Medidas legislativas tendentes a pôr cobro a esta situação. Quem devia pagar coimas. Privilegiados em Coimbra e termo .....	84
6. Defesa dos olivais do aro da cidade. Danos provocados por bois, porcos, ovelhas e outros animais. Posturas municipais tendentes a disciplinar a pastagem deste gado. Folhas de pastagens e de culturas .	104
7. O compáscuo nos olivais do termo, campo de Coimbra e noutras terras do alfoz. Pastagens nos lugares tapados. Encampação destes prédios. Restrições impostas ao compáscuo. Pastores particulares e vigias dos concelhos .....	133

8. Penas aplicadas ao gado metido em lugares coimeiros. Necessidade de aumentar as multas para proteger as culturas. Conflitos entre a Câmara coimbrã e Anobra quanto a esta matéria. A quem competia receber as coimas. O conjunto das multas pode prefigurar ordens de grandeza do gado dos concelhos contribuintes .....	152
<b>Capítulo II – A população.....</b>	<b>165</b>
1. O numeramento de 1527 como primeira fonte para quantificar a população quinhentista coimbrã. Modo como foram obtidos os dados que apresenta. Alguns erros praticados quanto ao alfoz coimbrão.....	165
2. Número de fogos atribuídos à cidade de Coimbra pelo censo joanino. A desigualdade do povoamento entre Almedina e Arrabalde. Raízes históricas desta desproporção. Modificações do conjunto populacional motivadas pelo regresso definitivo da Universidade .....	172
3. Os registos paroquiais como fontes para determinar o movimento natural da população coimbrã. As linhas de tendência dos baptismos, casamentos e óbitos. Análise das flutuações curtas. Efectivos populacionais subjacentes a estes movimentos. O aumento populacional de 1640 em relação a 1527. A tendência demográfica em algumas paróquias do termo. <i>Trend</i> e movimentos curtos.....	185
4. Comportamento nupcial da cidade e termo. Movimentos estacionais. Frequência dos casamentos. Nupcialidade diferencial. Casamentos de escravos. Exogamia urbana. Zonas de proveniência dos cônjuges imigrantes. As grandes vias migratórias de este-oeste e norte-sul. Emigrantes conimbricenses (referências). O caminho do Alentejo....	223
5. O quociente baptismos-casamentos. Filhos legítimos e ilegítimos. Os enjeitados. Movimentos estacionais.....	243
6. O ritmo estacional obituário da cidade e termo. Aspectos da mortalidade diferencial. Os grandes tributos pagos à morte. Análise de anormalidades obituárias nos séculos XVI e XVII. Crises de mortalidade e mortalidades de crises. O carácter fulminante e maciço das pestes. Ritmo estacional de algumas epidemias em Coimbra. Mortalidade excepcional e concepções. A carência do alimento base dos pobres e as grandes epidemias dos séculos XVI e XVII. A catástrofe de 1599 .....	259
<b>Capítulo III – Estruturas económicas e sociais .....</b>	<b>325</b>
1 a 3. Os livros das repartições das sisas como fontes para estudar as estruturas económicas. Linhas gerais da evolução da cobrança das sisas. Sistema do cabeção. O sentido do movimento das transacções através do cabeção geral .....	325

4. Individualização profissional através das repartições das sisas. As actividades económicas dos sectores primário, secundário e terciário. A «ruralidade» citadina. O comportamento do sector secundário. A distribuição do terciário. Prevalência de consumidores de bens e de serviços. A orientação da economia conimbricense.....	348
5. Hierarquias económicas e desigualdades estruturais. A pirâmide das fortunas conimbricenses. Estratos económicos e seus efectivos. Agrupamentos socioprofissionais. Os detentores da riqueza. A distribuição topográfica das imposições .....	372
6. Grupos de existência e estratos sociais. Os contratos de dote de casamento. Endogamia e hipergamia. A «honra» como princípio hierarquizador. Nobreza hereditária e política. Cirurgiões, tabeliães e mercadores. O «estado do meio». Hierarquias económicas e sociais da Terceira Ordem. O domínio político e social dos que tinham representação na Casa dos Vinte e Quatro. Os mestres conimbricenses no governo municipal. Conflitos político-sociais .....	393
7. A ascensão social. A verdadeira nobreza não consiste em nascer. Alcança-se vivendo e morrendo. Processos de atingir as honras. As armas, a riqueza e os graus universitários. Escolares filhos de mecânicos. Os boticários. Plebeus socialmente diferenciados pela posse de privilégios diversos .....	452
<b>Capítulo IV – Regulamentação do artesanato e do comércio .....</b>	<b>473</b>
A-1. A aprendizagem dos ofícios mecânicos. Os contratos de aprendizagem. Direitos e deveres dos aprendizes.....	473
2. A necessidade da carta de exame. A sua exigência foi sentida à medida que se tornou necessário regulamentar as diversas profissões. As provas do exame.....	478
3. A carta de exame era condição necessária mas não suficiente para um oficial abrir loja. A licença, juramento e fiança .....	485
4. Outras formalidades. Os regimentos dos ofícios. O caso dos pasteleiros. O conflito entre sombreireiros e sirgueiros.....	488
5. O arruamento dos mestres. Locais onde trabalhavam os cordoeiros e ferradores. Lugares interditos ao exercício de certas actividades....	495
6. As tendas onde laboravam os mestrais eram escuras. Regulamentação da actividade às portas das lojas e proibição de trabalhar nas ruas. Tabuleiros e tabernáculos.....	499
7. Nos domingos e dias santos de guarda não era permitido, de modo geral, exercer publicamente actividades «servis». Nestes dias podiam pescar os que entregavam o produto da pesca à Misericórdia.	

- Abusos desta autorização. Horário de trabalho. Proibição de jogar ou ver jogar, nomeadamente a bola, nos dias de fazer ..... 502
8. O número de «operários» utilizado por cada oficina. A oferta e a procura da mão-de-obra artesanal. Cerceamentos à liberdade do trabalho dos oficiais mecânicos. A mão-de-obra feminina. No jogo da oferta e da procura de serviços a concorrência era muito limitada. Fraca diferenciação entre capital e trabalho. A exploração dos lagares de azeite e moinhos como exemplos de aplicação de capital no sector secundário ..... 512
9. Os engenhos de moer pão disseminavam-se sobretudo pelo termo. Zonas de Condeixa-a-Nova, de Cernache e dos afluentes e subafluentes da margem esquerda do rio Dueça. Os moleiros abastecedores da cidade. Regulamentação do exercício da moagem. A Casa do Peso da Farinha ..... 520
10. Localização e número de lagares de azeite. Tamanho das «moeduras». Distribuição geográfica dos lagareiros segundo as cartas de exame. Os lagareiros oriundos do Norte do País e da região de Lafões. Os lagareiros galegos..... 534
11. O artesanato do têxtil. A distribuição dos tecelões e tecedeiras pela cidade e termo através das licenças e juramentos de 1623 e das cartas de exame. A importância têxtil de alguns lugares do alfoz. A mão-de-obra. Espécies de tecidos fabricados na cidade e termo. Tosadores, pisoeiros e tintureiros. Presumíveis flutuações da produção através do número de cartas de exame. Exportação de tecidos conimbricenses. Os panos meirinhos ..... 542
- B-1. O fabricante ou o produtor era, ao mesmo tempo, vendedor. Para poder vender era preciso possuir licença. A concessão desta era um modo de disciplinar a actividade mercantil. Obrigações assumidas perante a Câmara pelos vendedores. Lugares obrigatórios do exercício da profissão. «Arruamento» da Praça. Proibição de revenda. Disposições camarárias quanto à revenda da louça ..... 561
2. A comercialização dos produtos implicava a existência de pesos e medidas oficiais. O aferir dos pesos e medidas. A Casa do Ver do Peso. A Casa da Farinha. As transacções por grosso do azeite e a renda da medidagem. Peso e repeso. Falsificação de pesos e medidas ..... 576
3. Transacções por grosso e corretores de mercadorias. Multiplicidade das unidades comerciais da cidade e termo. Proibição, pelo menos no primeiro quartel do século XVI, dos vendedores ambulantes transaccionarem no termo. As feiras como um dos locais de abastecimento da população do termo..... 594

**Capítulo V – Meios de desenvolvimento do comércio.....601**

1. Vias de penetração e de escoamento dos produtos. As barcas de passagem. As estradas. Ofícios ligados aos transportes e comunicações. Barqueiros, boieiros, burriqueiros, azeméis, almocreves e recoveiros. Os recoveiros da Universidade. Principais vias de recovagem. Caminheiros e correios ..... 601
2. O trânsito das pessoas e animais era facilitado pela presença de vendas e estalagens ao longo dos caminhos. Estalagens e vendas da cidade e termo. Regimentos dos vendeiros e estalajadeiros..... 658
3. Para intensificar a velocidade e o volume do trânsito das mercadorias não bastam os caminhos e os meios de transporte. A moeda é uma outra força que faz girar as mercadorias. Lugar que ocupou a moeda em diversos pagamentos. O predomínio da moeda de prata. O papel dos objectos de metal precioso nos pagamentos e no crédito. Percentagem de metal amoadado na constituição de dotes de casamento e de algumas fortunas. Ausência de «fome monetária».... 674
4. Os detentores do numerário podiam frutificá-lo por diversos processos. Técnicas específicas de pagamentos e institutos de crédito. Conimbricenses ligados às operações de câmbio. Os «banqueiros». O mútuo oneroso. Censos consignativos. Empréstimo de dinheiro «à razão de juro». Empréstimos de «amor e graça». Os contratos de sociedade «à perda e ganho» ..... 693
5. Uma parte do crédito era absorvido pelo comércio e artesanato. Pequeno volume das «grandes» transacções. Entre estas, as destinadas ao abastecimento da cidade e termo ..... 721

**Capítulo VI – O abastecimento.....727**

- O abastecimento dependia directamente da autoridade camarária. Comunidades específicas podiam, no entanto, encarregar-se da previsão e provisão das necessidades alimentares dos seus membros. Os géneros de primeira necessidade estavam, naturalmente, no centro das preocupações das entidades que deviam resolver os problemas levantados pelas subsistências. Entre eles, o pão..... 727
- A-1. Coimbra não possuía cereais panificáveis suficientes para abastecer a população, sobretudo depois de 1537. Necessidade de recorrer à «importação». Entraves à circulação dos alimentos. As barreiras concelhias. Privilégios para transpô-las livremente. Medidas tomadas pela Câmara para garantir o abastecimento ..... 727
  2. Tipos de pão consumido em Coimbra. Pão alvo e pão escuro. Pão de trigo e de milho. Pão de outros cereais panificáveis e de linhaça..... 737

3. Anos de carência de cereais panificáveis ao longo do período que estudamos. Medidas tendentes a suprir as necessidades ..... 752
4. A instabilidade das colheitas, provocando crises agrícolas, conduzia a uma inevitável, imediata e exagerada alta dos preços dos produtos alimentares, nomeadamente do pão. Aspectos e exemplos da alta de preços em períodos de crise. Preços do pão e salários ..... 788
- B-1. Os proprietários conimbricenses podiam ter pão, proveniente das suas rendas, que lhes bastasse para todo o ano ou parte dele. Mas o mesmo se não verificava quanto à criação de gado destinado a abater, nomeadamente o bovino e ovino. Sintomas da carência do abastecimento de carne. A proliferação dos açougues particulares como meios de melhorar o abastecimento próprio. A criação do açougue dos mestres ..... 806
2. Cada açougue, em princípio, abastecia exclusivamente a comunidade que lhe deu origem ou os indivíduos que por força da lei ou costume lhe estavam agregados. As ajudas mútuas. Fornecedores genéricos dos açougues..... 816
3. O abastecimento dos açougues. Os contratos dos «obrigados». Vantagens que usufruíam (merenda, dinheiro emprestado, isenções fiscais, privilégios). Obrigações a cumprir pelos carneiros. Horário de abertura dos açougues ..... 820
4. Quantidade de carne talhada nos diversos açougues. As variações do consumo. O gasto total da cidade. O número de reses abatidas .... 835
5. Onde vinham as reses. Disciplina que regulamentava o trânsito deste gado. Privilégios de saca concedidos a algumas comunidades ..... 852
6. A corrente do abastecimento da carne dependia dos privilégios que gozavam os carneiros quanto à compra das reses e, naturalmente, do preço que podiam praticar no talho. Preços oficiais impostos pelas taxas. A concessão de merendas e outras vantagens para compensar a disparidade entre o preço de compra e venda. A subida do preço da carne no talho como meio ilusório de melhorar o abastecimento. O recurso ao preço livre. A diferença de preços entre as sedes de concelho e os lugares dos seus termos ..... 866
- C-1. Normas administrativas semelhantes às aplicadas ao abastecimento da carne presidiam ao aprovisionamento do peixe. Processos a que recorria a Câmara para abastecer de pescado os seus açougues. Factos reveladores da grande falta de peixe na cidade. Violências que sofreram alguns pescadores do Cabido por este motivo..... 881
2. Dentro das comunidades que se abasteciam a si próprias, independentemente da Câmara, destacava-se a Universidade. Contratos dos

almocreves. Portos onde se abasteciam. Cargas semanais a transportar. Flutuações estacionais do abastecimento .....	888
3. Disposições reguladoras da comercialização do peixe na cidade. Almotaxaria. Proibição de vender peixe alterado. Horário de abertura dos açougues. O abastecimento do alfoz coimbrão .....	897
D-1. O abastecimento do vinho. Relego régio e da cidade. Barqueiros obrigados ao fornecimento do vinho. A venda a retalho na cidade. Unidades vendedoras e sua distribuição topográfica. Quantidades consumidas calculadas através do imposto do real de água. O abastecimento do termo coimbrão .....	902
E-1. O abastecimento do sal. O regime do monopólio. Imposições fiscais sobre o sal. Uma estimativa do consumo .....	930
F-1. O azeite produzido na cidade e no termo, ao contrário do que se verificava com o pão e o vinho, ultrapassava as necessidades locais. A produção estimada pela renda da medidagem do azeite. A exportação. A venda a retalho .....	936
G-1. O abastecimento dos legumes e frutas. Disposições regulamentadoras da venda a retalho .....	941
H-1. O problema da composição das refeições. A alimentação dos porcionistas do Colégio das Artes. Tipos de refeições. Valor energético de cada «porção». Proporções de glicídeos, lipídeos e protídeos .....	948
2. Análise de outras refeições citadinas. Estratos sociais e consumo de proteínas de origem animal. Flutuações do consumo da carne. O consumo nos domingos e dias de festa .....	964
3. A carne «é a segunda coisa de comer». A primeira é o pão. O pão como principal fornecedor de hidratos de carbono. A alimentação dos mais humildes .....	971
<b>Conclusão</b> .....	975
<b>Apêndice</b> .....	991
Documentos .....	993
Nota A .....	995
Doc. n.º 1 .....	1001
Doc. n.º 2 .....	1011
Doc. n.º 3 .....	1013
Doc. n.º 4 – Sobre o modo de eleger os Vinte e Quatro .....	1014
Doc. n.º 5 – Profissões identificadas no rol das sisas de 1567....	1015
Doc. n.º 6 – Profissões identificadas no rol das sisas de 1599....	1020

Doc. n.º 7 – Profissões identificadas no rol das sisas de 1617....	1024
Doc. n.º 8 – Obrigações assumidas por estalajadeiros e vendeiros de Coimbra e termo em 1623 (dados mínimos).....	1029
Doc. n.º 9 – Obrigações assumidas por estalajadeiros e vendeiros de Coimbra e termo em 1624 (enumeração incompleta) .	1030
Doc. n.º 10 – Qualificação de unidades comerciais a retalho da cidade em 1623 .....	1031
Doc. n.º 11 – Morada dos lagareiros que registaram cartas de exame .....	1033
Quadros.....	1035
Gráficos.....	1057
Gráficos sobre a população.....	1058
Tendências.....	1058
Baptismos e óbitos .....	1064
Baptismos, óbitos e casamentos.....	1070
Movimentos estacionais.....	1076
Casamentos .....	1076
Baptismos .....	1079
Óbitos .....	1081
Crises demográficas .....	1083
Gráficos sobre o abastecimento .....	1096
Mapas .....	1099
<b>Bibliografia</b> .....	1103
I. Manuscritos .....	1103
II. Obras Impressas.....	1108
<b>Índice de quadros</b> .....	1157
<b>Índice de mapas</b> .....	1160
<b>Índice de gráficos</b> .....	1161
<b>Índice onomástico</b> .....	1165
<b>Índice toponímico</b> .....	1183
<b>Índice de profissões e títulos</b> .....	1207

## Pórtico da edição digital

O texto que se edita em formato digital corresponde ao que foi impresso, em dois volumes, nos anos de 1971-1972, o qual constituiu a primeira parte de um projecto de investigação sobre “A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640”, tendo então sido amputado de um novo capítulo sobre os preços, cuja redacção estava praticamente concluída. A investigação, iniciada ainda no ano lectivo de 1961-1962, havia ultrapassado desde há muito o tempo limite do contrato de segundo assistente. Razões práticas, de diversa natureza, não me permitiam prolongar a situação, pelo que foi igualmente sacrificada a elaboração de um índice. Do facto, como esperava, tive de enfrentar em prova oral as críticas dos arguentes. Para o realizar, precisaria ainda, pelos meus cálculos, pelo menos mais uns três meses. Lacuna que prometi preencher, a qual só agora pôde ser efectuada.

O texto está bem datado, como todos os textos, não tendo continuidade de investigação a sua primeira parte em virtude da oportunidade que me deu o 25 de Abril de 1974 para estudar os levantamentos populares do período filipino, a que me dediquei.

A base inicial do trabalho centra-se na história da cidade de Coimbra e do seu concelho, de onde consta um repositório de dados que continua a ser indispensável para o estudo da área e do tempo considerados. Procedemos à sua actualização em dois pontos. Um deles explicita, a partir da obra póstuma de Marcello Caetano, que a Casa dos Vinte e Quatro começou por designar, em Lisboa, a sede das assembleias dos Vinte e Quatro a partir dos inícios do século XVI e, só depois, a instituição (Marcello Caetano, *História do Direito Português...*, p. 502). Corrigimos, por outro lado, a problemática da estadia em Coimbra de D. João III em 1526, havendo-nos inicialmente guiado por um texto de Mário Brandão.

A cidade tem sido objecto de múltiplos estudos académicos e de dissertações de doutoramento. Menciono, quanto a estas, apenas a de Sérgio Soares por ter sido eu a dirigi-la e porque deu continuidade, seguindo o caminho do Poder, à História de Coimbra desde 1640 até ao tempo de Pombal. A nova bibliografia produzida pode trazer, eventualmente, acrescentos a um ponto ou outro. Recordo apenas, no que diz respeito à provedoria de Aveiro,

a dissertação de doutoramento de Inês Amorim, *Aveiro e sua provedoria no século XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico*. Tese de doutoramento em História Moderna. Porto: FLUP, 1996, a qual foi depois impressa.

*A Vida económica e social de Coimbra de 1536 a 1640* deu algum relevo à então nascente, entre nós, Demografia Histórica. A Nota A publicada em Apêndice reflecte o estado da questão de então, apresentando hoje apenas um dado para a história da disciplina. Uma visão de conjunto, a nível do país, encontra-se em António de Oliveira, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. II. Coimbra: Palimage, 2015. Sobre a temática, para além de outras, que entretanto fui elaborando sobre Coimbra, encontram-se republicadas em António de Oliveira, *Pedaços de História Local*. Coimbra: Palimage, 2010, 2 vols.

A edição digital seguiu a versão publicada pelo Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, tendo havido uma outra inserta na revista *Biblos*, vols. 47 (1971) e 48 (1972). O autor escreveu de acordo com a antiga ortografia.

Ao Senhor Pedro Bandeira, cultor da história antiga de Coimbra e conhecedor profundo de informática, o meu muito obrigado pela paciente e amiga dedicação com que deu publicidade aos últimos volumes que editei na Palimage. Bem-haja o Senhor Dr. Jorge Fragoso, amigo e editor.

## Prefácio

**C**oimbra moderna nasceu em 1537. A Universidade, instalando-se definitivamente na acrópole, não a dominou apenas: fê-la renascer, tutelando-a. Sem Estudos Gerais, Coimbra continuar-se-ia a desenvolver. Sem dúvida. Mas foram as Escolas que lhe imprimiram a feição que chegou aos nossos dias: «é o mesmo ser moral que vem afirmando-se desde séculos quando estuda, quando ensina, quando se manifesta». E quando trabalha é ainda a mesma unidade que se exprime: a natureza dum grande parte do labor citadino deve-se à satisfação das necessidades escolares.

Dominando a vida coimbricense, a Universidade igualmente absorveu, de modo geral, a atenção dos historiadores. A prioridade historiográfica coube, naturalmente, com excepção, mais notória, das recentes publicações de documentos sobre Artes e ofícios do Senhor Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida, às figuras, doutrinas ou institutos que por si mesmo se salientavam. Mas para que Coimbra estudasse e ensinasse, tornava-se necessário o trabalho quotidiano de muita gente, integrada ou não no corpo universitário. Gente sem nome e sem posição, a maioria das vezes. Mas Homens. Por eles nos interessámos, ao pretendermos contribuir para a história social de Coimbra, e não apenas pelos que brilharam pelo nascimento, riqueza, poder ou inteligência. A fisionomia da cidade foi moldada pelos rostos de uns e outros.

A cidade não existe sem o campo. A região dominada por Coimbra, e em primeiro lugar o seu alfoz, não podia deixar de estar presente na intenção dos nossos estudos. Com ela, naturalmente, proprietários rurais e camponeses. Solidária, a realidade nacional, resultante e moldadora de situações regionais.

A vida económica e social de Coimbra, objecto do nosso labor, tema vasto no tempo e na problemática, não podia ter viabilidade sem prévias limitações. A primeira, de ordem cronológica.

Os estudos que vão seguir-se situam-se entre 1537 e 1640. A primeira data impõe-se a quem pretenda permanecer dentro da Idade Moderna. Mas em História, como em outros domínios, não há geração espontânea.

*E porque é assim, foi-nos forçoso recuar no desenvolvimento de um ou outro processo presentâneo no decorrer temporal da investigação proposta. Mas só quando o julgámos necessário e a documentação o tornou possível.*

*O termo de 1640 é mais arbitrário. Embora o arbítrio, neste domínio, pertença à essência da soberania do estudante, o término tem em seu favor, pelo menos, razões de ordem política e económica. O desejo de conhecermos a administração portuguesa sob o domínio filipino, ao mesmo tempo efectivado, parcelarmente, noutros campos de estudo, militaram, de igual modo, em seu favor.*

*A delimitação da temática, no vasto e complexo quadro do económico e do social, apresentou, necessariamente, maiores dificuldades. As resultantes do teor da documentação tivemos-las presentes, desde início, ao elaborar um plano de trabalho. Julgámos então ser possível, com a audácia da inexperiência e o vigor dos começos, concluir dentro de alguns anos uma investigação documental viável. Enganámo-nos. Os esforços do investigador isolado não são rendáveis quando aplicados a semelhante matéria. O labor historial nestes domínios precisa de ultrapassar a fase do artesanato. Foi-nos então forçoso, embora as fontes recolhidas dissessem respeito a um esquema mais lato, restringir-mo-nos, de momento, à publicação da primeira parte.*

*Os estudos iniciados têm por centro dois espaços: a cidade de Coimbra e o seu alfoz. Predominantemente. Zonas mais vastas, os quadros natural e geográfico em que se integram, não podem ser excluídos. A segunda parte, pela exigência dos problemas versados, definirá estas regiões. A portada do presente volume, constituída pelo capítulo primeiro, limita-se a debuxar circunscrições administrativas a que preside a cidade do Mondego e a evidenciar um aspecto da jurisdição municipal: a defesa das culturas dos prejuízos causados pelo gado.*

*Na área em que Coimbra exercia a sua jurisdição específica, na cidade e no termo, vivia numerosa e diversa população. Quantificá-la e, sobretudo, explicitar-lhe os ritmos essenciais da sua existência através dos registos dos actos de baptismos, casamentos e óbitos, é o objectivo do segundo capítulo. O terceiro versa problemas de estruturas económicas e sociais da população citadina. O quarto capítulo procura dilucidar a disciplina que regulamentava o exercício do artesanato e do comércio.*

*Sem meios de comunicações, de transportes e de financiamentos os sectores económicos não se podem desenvolver. O capítulo quinto introduz o leitor nesta problemática. O sexto, coloca-o perante o abastecimento de diversos produtos destinados a alimentar a população conimbricense. Ao mesmo tempo permite-lhe analisar ou antever a composição das refeições de alguns estratos sociais.*

*Cada um dos capítulos poderia ter conclusão em separado, logo a seguir à exposição do tema. Acabámos por colocá-la, no entanto, nas conclusões gerais.*

*A insatisfação com que terminamos este trabalho é muito maior do que as esperanças que lhe fadaram os começos. Não sabíamos, por exemplo, que os métodos da história económica e social vigentes na historiografia contemporânea não se poderiam aplicar completamente à documentação que nos surgiu. Albert Silbert não tinha ainda feito a mesma observação para data posterior, a priori mais favorecida, o século XVIII. Foi então, como este Autor, com o auxílio do método clássico, sempre actual, que sobretudo redigimos os presentes volumes. O tom de muitas páginas denota-o bem.*

*Os aspectos da vida económica e social de Coimbra agora publicados são fruto de longos anos de trabalho. Demasiado longos. Não admira, por isso, que num local ou noutro, o termo da investigação se possa encontrar atrasado, em relação ao começo, quanto à iniciativa de pontos de partida. É o risco e a sorte de todos os livros de hoje.*

*O esforço não teria frutificado sem auxílio e estímulo. Dos nossos Mestres, em primeiro lugar, perante quem contraímos dívida de permanente reconhecimento. Não podemos calar a atitude amiga e orientadora do Senhor Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, a quem ficamos devendo a aprovação do tema e o guiar dos nossos passos; os ensinamentos e as preciosas indicações que tão cordialmente recebemos do Senhor Prof. Doutor Mário Brandão; a amizade, a lição e o incentivo constantes do Senhor Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares, que teve a amabilidade de incluir este trabalho nas publicações do Instituto de Estudos Históricos; as palavras reconfortantes, em tantas horas de desalento, os inestimáveis conhecimentos auferidos na convivência do labor quotidiano, o pesado esforço, que só a amizade pode consentir, de ler as «provas» (e fazer*

*sugestões, de que tanto beneficiámos), do Senhor Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut; os estímulos e os esclarecimentos, generosos e amigos, com que tantas e tantas vezes nos favoreceu o Senhor Prof. Doutor P.<sup>e</sup> Avelino de Jesus da Costa. Bem hajam! O que se ensina deixa de nos pertencer. Doa-se. Mas o discípulo sabe reconhecer a dádiva. E sobretudo não esquece, para além dos ensinamentos que recebeu, a cordialidade com que lhe foram transmitidos.*

*À Direcção da Faculdade de Letras, nas pessoas dos seus sucessivos directores, Senhores Profs. Doutores Álvaro Júlio da Costa Pimpão e Américo da Costa Ramalho, testemunhamos a nossa gratidão pelo benevolente amparo que sempre nos concedeu. Ao Instituto de Alta Cultura agradecemos as bolsas de estudo que nos atribuiu, graças às quais pudemos concluir a dissertação, e os subsídios para microfilmear documentos. A recolha da documentação foi ainda facilitada por subsídio conferido pelo Senado Universitário de Coimbra, através do Fundo Sá Pinto, a quem renovamos o nosso reconhecimento.*

*Ao Senhor Prof. Doutor Arnaldo de Miranda e Barbosa ficamos devendo estímulo, confiança e generosidade. Este trabalho ter-nos-ia sido muito mais penoso sem a sua compreensão e ajuda. Gratamente lembramos também os nomes dos Senhores Profs. Doutores Guilherme Braga da Cruz, Alfredo Fernandes Martins, José Sebastião da Silva Dias e Giacinto Manuppella pelo auxílio que nos prestaram dentro das suas especialidades. E que nos perdoe o Senhor Prof. Doutor Walter de Sousa Medeiros o termos recorrido tantas vezes ao seu ensino.*

*Uma palavra de agradecimento é devida aos funcionários dos arquivos e bibliotecas que tão pacientemente nos atenderam ao longo de anos; ao Senhor Fernando Coroado, pelo esmero posto no desenho dos gráficos e mapas; ao Senhor José Amado Ferreira Mateus, pela ajuda que nos prestou; e ao pessoal gráfico da Imprensa de Coimbra, pela colaboração e forma cativante com que fomos atendidos.*

No decorrer do trabalho utilizámos documentos de diversas épocas, lidos por nós ou já com leitura publicada. Esta circunstância colocou-nos perante uma disparidade de critérios de transcrição. Nas notas e texto, sempre que do facto não resultavam inconvenientes para a interpretação ou distorções formais do estilo que pretendíamos fixar, apresentámos os

extractos em leitura modernizada. Nos restantes casos, incluindo as fontes do *Apêndice*, seguimos as normas actuais de transcrição mais generalizadas quando a leitura é da nossa responsabilidade. (Mas não abrimos parágrafos nem introduzimos pontuação). Sobre estes critérios vd. Senhor Prof. Doutor P.<sup>o</sup> Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. I, pp. 388 e segs.; o Autor ampliou e actualizou os pontos de vista aqui referidos em *Subsídios para a organização de índices e sumários para a transcrição de textos*, Coimbra, 1970, policopiado.

